



Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SILVES, REUNIU EM ARMAÇÃO DE PÊRA

A Assembleia Municipal de Silves, reuniu, extraordinariamente, na passada sexta-feira, dia 26 de Janeiro de 2007, pelas 21 horas em Armação de Pêra, na sede do Clube de Futebol “Os Armacenenses”, com a presença de numeroso público (cerca de 200 munícipes) e órgãos de comunicação social.

Conforme noticiado, esta sessão foi solicitada, em conjunto, pelos grupos municipais do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, em proposta aprovada (também com os votos favoráveis da CDU) na última sessão do órgão. Tendo a ordem de trabalhos sido sugerida pelos dois grupos solicitantes, que propuseram assuntos actuais e com desenvolvimentos recentes para a freguesia de Armação de Pêra.

Antes de iniciar a descrição da reunião damos nota de algumas **situações preliminares e de destaque**:

1. O facto da reunião não ter sido divulgada nos habituais locais de afixação para informação da população. Tendo sido importante para a sua divulgação, a informação que o BE fez sair para a imprensa durante a semana e que alguns órgãos de comunicação deram destaque. Também o foi, a divulgação que o mesmo, BE, fez durante a manhã desse dia, quer junto da população quer com afixação da informação, constante do edital, em alguns locais da Vila;
2. A entrega de alguma documentação relevante e importante por parte da Câmara para os membros da AM, só foi entregue no próprio dia da sessão, o que não é a primeira vez que acontece.
3. A ausência, por doença, da porta-voz do Partido Socialista, que deixou a bancada quase afónica.
4. A menção a “Interesses Obscuros” pelo arrastar da aprovação do Plano de Pormenor de Armação de Pêra, na declaração de voto do BE, motivou um pedido de esclarecimento quanto aos mesmos e a uma ameaça velada de outros procedimentos por parte da presidente Isabel Soares

Iniciada a reunião, já com algum atraso, dado o burburinho e agitação existentes na sala, pelo ponto 1. - “**Audiência ao Público**” - intervieram 8 munícipes, dos quais damos destaque:

Não sem que antes o presidente da Assembleia Municipal de Silves, desse a palavra ao **presidente da Junta de Freguesia** de Armação de Pêra, para as **boas vindas** da praxe. Este não se fez rogado em cumprir esta formalidade, realçando o facto de se ter “uma casa cheia”, situação sempre digna de nota, “contrariamente ao que é habitual”.

Roberto Pimenta que enumerou alguns aspectos negativos da vivência da Vila, como por exemplo, várias situações de presença de lixo e a inexistência “nem sequer de um baloiço”, para as crianças, perguntando se Armação teria futuro!





António de Jesus Várzea deu nota da inexistência de uma mesa, para apoio ao público, a fim de aí poder colocar a pasta ou os papéis. Começou por dizer que desejava contraditar, com “grande indignação”, as respostas que a presidente da câmara lhe tinha dado na Assembleia anterior, argumentando que a senhora presidente “não respondeu a nada”. Daí que necessitava de respostas às mesmas questões e que foram:

- em Armação a falta de execução de ordens do tribunal;
- no Algoz o loteamento que apresentou e não foi aprovado ao longo de três anos. Não compreendendo que após a sua venda o novo proponente tenha conseguido a aprovação em seis meses.

No Algoz ainda, mais duas situações uma de uma casa (“que está como garagem”) que alega estar construída em cima dum terreno seu e um projecto que deu entrada na câmara para reconstrução dum casebre, que foi arrasado pelas máquinas...

David Caetano Lamy questionou se o Plano de Pormenor do Sapal vai incluir a Zona húmida e se daí se poder inferir que esta iria ser limpa e ordenada? Realçou a importância da mesma para a pesca, no que respeita à criação de peixe.

Reforçou o importante contributo dado pelo membro do BE, Carlos Cabrita, na divulgação da sessão, uma vez que não viu editais divulgativos da mesma em nenhum lugar, habitual ou outro, tendo sido este membro a efectuá-lo no próprio dia.

Pedro Martins veio chamar a atenção para os novos valores das taxas de ocupação das esplanadas na via pública que a Câmara Municipal de Silves lhes está a solicitar, através de ofícios recentemente recebidos. Nestes, a CMS dá-lhes um prazo de 10 dias para resolver a situação. No seu caso, pedem-lhe que proceda ao pagamento de 15 360€. Deu nota que têm uma comissão pronta a ser recebida pela presidente.

António Duarte estranhou a câmara não ter campos de golfe aprovados em Armação de Pêra. “Será que Armação é só para turismo de pobres?...” rematou!

Luís Ricardo começou por perguntar “quem defende Armação de Pêra” e se “há algum organismo que o faça”. Dando a entender que quem esperava que o fizesse, disparou, “deveria ser a câmara a fazê-lo e não o faz!”, concretizando “a câmara não se apresenta no ministério público a defender o património”.

Francisco Alberto entusiasmou-se com a alegria de ver “uma assembleia como esta”. Depois disse que “tinha inveja dos concelhos de Lagoa e Albufeira”, aludindo ao facto destes também “viverem” do turismo, mas de se encontrarem mais “apresentáveis” que a sua freguesia. Ainda apelou à assembleia, para que aprovasse o orçamento e “que não andassem às turras uns com os outros”.

Continuou falando também do “lixo por todo o lado” esperando que a câmara o evitasse com fiscalização e “mão firme e pesada”.

Ainda deu conta da casa de banho da lota, que “os parafusos da janela da casa de banho há três meses que estão por aparafusar” e da falta de parques infantis.

O último munícipe a intervir foi um **cidadão** de nacionalidade alemã, **Teddy**, pretendia saber informações sobre uma estrada cuja direcção vem de Alcantarilha para Armação, passando perto da Torre. Questionou, “onde estão as plantas?...”. Tinha também como objectivo falar do lixo, mas que já não o faria uma vez que outros três cidadãos, antes dele, já o tinham feito.

O presidente da mesa da assembleia deu de seguida a palavra à presidente da câmara, para responder aos munícipes que intervieram:





A **Roberto Pimenta**, numa forma muito familiar, disse que Armação “nunca esteve como está hoje” que existem “equipamentos e infra-estruturas” que não existiam e que a inexistência de parque infantil “também a preocupa”, tendo sido o seu Executivo que iniciou o Plano de Pormenor.

Atribuiu ao problema do lixo, que afecta todo o concelho, a “falta de civismo” mas, “é aqui que é maior”.

A **António Várzea** informou que o seu loteamento não foi aprovado uma vez que o seu arquitecto não quis reformular o projecto enquanto o outro proponente o reformolou. Para o ilustrar afirmou que “os outros mudaram de arquitecto e o projecto andou”.

Com a casa está tudo bem e o assunto de Armação “é uma questão de tribunal”. Aconselha a que o senhor coloque as questões técnicas na câmara. Quanto à obra embargada no Algoz, que hoje não tinha sido questionada, se tinha devido ao facto da mesma se ter iniciado sem licença.

Ao **David** deixou a questão da ausência de editais divulgativos “para outros” e que a questões do Sapal, responderia no ponto 2.3. (o que não veio acontecer!).

A **Pedro Martins** disponibilizou-se para receber os elementos da comissão no dia de atendimento, próxima terça-feira, pelas 19-20 horas. Continuou, informando que não tinha havido qualquer aumento de taxas ou tarifas, que estas apenas estão a ser actualizadas, segundo regulamento aprovado já em 2002.

O que poderia ter motivado o aumento de preços seria uma alteração da ocupação ao longo do tempo. “Se houver alterações têm que ser informadas”, acrescentou, pedindo que reclamem.

À questão de **António Duarte** deu pretexto a Isabel Soares para enumerar os golfes aprovados no concelho e respectivo número de buracos: Lameira/36; Vila Fria (não sabe) e Praia Grande/27 e que a inexistência destes em Armação de Pêra “não depende da câmara”. Tendo ainda aproveitado para informar que “não é contra os golfes, é a favor” que “não os considera poluentes, nem consumidores de água”. Contudo, reconheceu, “que não era a pessoa indicada para falar do assunto”.

A um problema levantado por **Luís Ricardo**, de tomada de posse de espaço deu a entender que há dificuldade para resolver o assunto e que o “Ministério das Cidades vê-se impotente, para não considerar isto”. Não sem que antes lhe ripostasse que todos defendem Armação De Pêra, “é para isso que foram eleitos e têm-no demonstrado acerrimamente”. Ainda enumerou os apoios que têm prestado à “questão da pesca”: tractor, frio, apoios de pesca, lota, faltando ainda adjudicar a 3.ª fase desta iniciativa.

Terminou dizendo, desconhecer que existam prédios aprovados em terrenos públicos, “não tem conhecimento”, reiterou.

Para **Francisco Alberto** veio a informação que desconhecia o assunto do bar situado na lota. Após lhe dizer que não devia ter inveja dos outros concelhos, enumerou as obras que realizou em Armação de Pêra entre 1998 e 2007: intervenções na rua António José de Almeida, Afonso III e Sá Carneiro. Quanto a construções foram: o silo automóvel, via dorsal, obras de arte e apoios de pesca, escola pré-primária e 100 000 contos foi o que câmara pagou para o pavilhão desportivo.

A presidente confessou que desconhecia qual a estrada a que se referia o cidadão **Teddy**. Da bancada do Partido Socialista veio o esclarecimento, por parte do presidente da Junta de Freguesia de Alcantarilha, “a 125 R1”, afirmou. Após este esclarecimento Isabel Soares informou que tinha pedido que esta fosse aberta há cerca de 6/7 anos e que o projecto se encontrava feito, esclarecendo ainda que “o projecto é feito pela câmara e não pelo governo”, enquanto que a obra dependia do Governo.

Após estes esclarecimentos por parte da presidente da câmara, já os relógios se aproximavam das 23 horas, **João Ferreira** usou da palavra. Passou a esclarecer que enviava os editais aos presidentes





das Juntas de Freguesia para os afixarem onde é habitual e que “confiava na colaboração dos outros órgãos autárquicos”.

Ainda pediu a palavra o vereador **Rogério Pinto**, para esclarecer melhor a situação levantada por Pedro Martins, falando na diferença de taxas aplicadas entre toldos e esplanadas fechadas. Aconselhou-os a reclamarem para a CMS, no prazo de dez dias.

2.1- Análise e deliberação sobre transferência financeira/subsídio para a Empresa POLIS;-----

O presidente da AM pediu que **Isabel Soares** apresentasse o assunto. Esta foi parca em palavras, “é pedido o que está”, na documentação entregue aos membros, presume-se.

Assim, **João Ferreira**, deu a palavra às bancadas. Só a tendo pedido **Marco Jóia**, da bancada da CDU, que, sucintamente, questiona a eficácia desta aprovação “uma vez que não há orçamento aprovado”. Também pediu que fosse esclarecido o facto do assunto tendo ido à reunião de câmara em 22-06-2005, só veio à Assembleia agora.

Isabel Soares esclareceu que tal se deveu a que só agora a verba teria sido transferida para a autarquia.

Passou-se à votação, tendo a oposição em uníssono optado pela abstenção e o PSD pelo voto favorável.

2.2- Análise e deliberação sobre o processo de Rectificação do Regulamento do Plano de Pormenor de Armação de Pêra;-----

Para a discussão deste ponto **João Ferreira** deu a palavra a **Isabel Soares**. Esta, não querendo ser exaustiva, logo foi fazendo a cronologia mais relevante do desenvolvimento do Plano de Pormenor de Armação de Pêra. Que o mesmo se tinha iniciado em Junho de 1999 e que o “inquérito público” decorreu em Agosto de 2002. Esclarecendo que deram o seu contributo 88 participações. Após o que o processo foi remetido para a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) para análise e de esta ter solicitado posteriores esclarecimentos, desde há cerca de três anos que a câmara aguarda a ratificação do mesmo. Ao longo deste período várias vezes manifestou preocupação pelo atraso do processo e que “esta alteração, que aqui está hoje para ser apreciada”, só chegou à Câmara em Outubro do ano passado.

O Presidente da AM passou a palavra às bancadas, tendo sido o primeiro a fazer uso da mesma, o membro **Ricardo Matos**, pela bancada do Partido Socialista.

Começou por enaltecer a presença do público, por reclamar para a sua bancada a realização desta assembleia em Armação de Pêra e destacando, negativamente, o voto contrário do PSD, para esta realização. Justificou a ausência da porta-voz da bancada e que por essa razão não estavam em condições de apresentar convenientemente as muitas questões. Passando a solicitar esclarecimentos sobre os trâmites do processo do PP até estar aprovado.

Carlos Cabrita, pela bancada do Bloco de Esquerda, interveio a seguir clamando também para a sua bancada louros por este plenário decorrer em Armação de Pêra e pela ordem de trabalhos.

Perguntou a seguir, se as alterações em discussão seriam as últimas ou se haveria mais questões a necessitar de resposta por parte da CMS?





Bloco de Esquerda

Nomeadamente, se já estariam esclarecidas as questões dos mapas que foram aprovados pela AM, e por esta rubricados, não coincidem com os que foram para ratificação para a DGOTDU?

De seguida foi a vez de **Maria José Encarnação**, pela bancada do PSD, esclarecer a bancada do PS, quanto à sua posição para a “...realização desta assembleia aqui”. Detalhando o assunto, desde que o mesmo foi discutido em sede de Comissão Permanente do Órgão.

Marco Jóia foi o membro seguinte a usar da palavra, começando por corroborar o que tinha sido dito pelo membro do BE. Depois, teceu considerações sobre questões gerais de urbanismo. Centrando-se a seguir no processo, mais concretamente, no atraso da câmara em dar respostas às solicitações da DGOTU, e o que tal situação tinha contribuído para os atentados urbanísticos, que entretanto foram acontecendo, em Armação. Passou depois a tentar solicitar esclarecimentos sobre a questão das datas dos ofícios provenientes da DGOTDU, não sem que antes se questionasse se teriam os documentos todos, sugerindo para o confirmarem e que para tal a sessão fosse interrompida por 5 minutos. O que veio a suceder.

No reinício, também pela CDU, falou **Margarida Ramos**, chamando a atenção para o facto do Plano de Pormenor de Armação de Pêra ainda permitir novas construções “a 10 metros das Falésias”, questionando se essa situação estaria de acordo com a regras do PROT e do POOC.

Aventino Moreira foi o interveniente seguinte, pela bancada do PSD, preparando-se para ler uma intervenção de fundo sobre os aspectos positivos para Armação de Pêra, devidos aos mandatos da Presidente Isabel Soares.

O **presidente da Assembleia**, quando se apercebeu que a mesma não se iria enquadrar neste ponto da ordem de trabalhos e que a mesma iria ser fastidiosa, alertou-o para o facto de lhe ir retirar a palavra. Gerou-se um pequeno diálogo entre os dois, tendo o membro Aventino indiciado que o PSD, nos tempos das suas intervenções, seria prejudicado por João Ferreira

Ainda por parte desta bancada, falou o presidente da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, **Fernando Santiago**, alertando para uma estrada cujos “3 km foram roubados”.

O plenário continuou com as respostas da **presidente da Câmara** a algumas das questões que lhe foram colocadas. Esclareceu alguns detalhes da diferença entre rectificação e ratificação e, depois detalhou, que após a aprovação da rectificação o processo, segue para ratificação, na DGOTDU, daí seguindo para Conselho de Ministros e posterior publicação em D. República.

Como algumas questões levantadas pelos vários membros ficaram por esclarecer tanto Ricardo Matos, como Marco Jóia e Carlos Cabrita, voltaram a pedir a palavra, tendo repetido as dúvidas.

Tendo feito também uma intervenção o membro **Célia Coelho**, 2.^a secretária do Plenário. Queria saber “...se este PP vai deixar caber nele infra-estruturas de qualidade”.

O membro Fernando Santiago também achou necessidade de chamar a atenção para alguns números: o facto de “Armação ter 15000 apartamentos”, e comparativamente, população residente, “são 3500 residentes permanentes”. Que a freguesia “...quase não tem hotéis e que deles é que precisa”.

A Presidente da câmara esclareceu então as dúvidas. Disse que esperava que esta fosse a última questão a rectificar, que a implantação do Hotel estava de acordo com o PROT e POOC, e que os equipamentos previstos no Plano são o centro de estágio e centro desportivo.





Passou-se à fase de votação, tendo havido unanimidade na aprovação da rectificação em apreciação nesta assembleia. Posteriormente, o membro do BE, pediu a palavra para apresentar declaração de voto (anexa) no que foi seguido pelo presidente da AM. Tendo este último esclarecido que apesar de todas as vicissitudes do processo era melhor para Armação de Pêra ter PP que não o ter.

Houve um pequeno incidente após a leitura da declaração, por Carlos Cabrita, tendo Isabel Soares exigido que este membro esclarecesse o teor duma passagem do documento que tinha lido no respeitante à menção “interesses obscuros”. Passando este a esclarecer que são imprecisos, indefinidos, vagos e não concretos.

Aproximava-se a meia noite quando se passou a apreciar os últimos três pontos, da ordem de trabalhos.

2.3- Apresentação e discussão da proposta de elaboração do Plano de Pormenor do SAPAL de Armação de Pêra;-----

O presidente da mesa dirigiu-se aos proponentes do mesmo, **BE e PS**, para uma pequena apresentação do tema. O PS declinou o convite. Coube ao BE a introdução. **Carlos Cabrita** realçou a importância daquele espaço, livre e que o mesmo em muito poderia, ainda, contribuir para a melhoria do aspecto daquela parte da malha urbana da Vila. Que poderia permitir a disponibilização de espaço público para a fruição da população, nomeadamente, espaços verdes.

Ainda questionou a presidente da Câmara, sobre se não se teria equacionado a possibilidade de adquirir aqueles solos para o município, uma vez que os mesmos eram prédios classificados como rústicos e acessíveis às disponibilidades financeiras da autarquia, beneficiando com isso a população.

Esta intervenção motivou **Fernando Santiago** para dar ênfase à necessidade que Armação de Pêra tem de hotéis, pois a sua população precisa de emprego no local e para que a mesma não tenha que se deslocar para as freguesias vizinhas. Ainda se alongou em questões ambientais, do seu “amor pelos passarinhos”, mas que o que estaria em causa seria o desenvolvimento de Armação de Pêra.

Também o **presidente do plenário**, visivelmente admirado com a questão dos prédios rústicos e do assunto não ter sido introduzido na perspectiva que estava perante uma SUNOP. Quis ser esclarecido sobre o que seriam esses prédios.

Tendo **Carlos Cabrita** apelado ao percurso profissional de João Ferreira, ligado à agricultura, a fim de o relembrar sobre o significado de “prédios rústicos”. Ainda aproveitou para esclarecer Fernando Santiago que se encontrava de acordo em que Armação necessita de outro perfil de desenvolvimento económico e que os hotéis são importantes para a criação de empregos qualificados para a população residente.

2.4- Apresentação e discussão da proposta de alteração do PDM de Silves, nomeadamente na área Poente à zona industrial de Alcantarilha;-----

Mais uma vez, o presidente dirigiu-se aos proponentes, BE e PS, para uma pequena apresentação do tema.

Dada a escusa do PS, coube mais uma vez, a Carlos Cabrita iniciar as intervenções. Tendo o membro do BE, chamado a atenção que, dado o adiantado da hora e a impaciência que alguns





Bloco de Esquerda

membros já exteriorizavam não havia condições para continuar com o plenário. Como forma de protesto não quis continuar.

O presidente questionou as restantes bancadas sobre o tema da continuidade dos trabalhos, tendo recebido anuência das mesmas para continuar.

Pelo que, coube a Isabel Soares justificar o interesse da Câmara em levar por diante esta alteração ao PDM. Fê-lo informando que existe um grande empreendimento comercial, cuja importância destacou, interessado em instalar-se ali e que já não existem espaços disponíveis.

Ao que a bancada voltou a ter a palavra, só a tendo pedido o membro Carlos Cabrita. Justificou-se que voltava a falar uma vez que democraticamente aceitava a decisão tomada, quanto à continuidade dos trabalhos. De forma insistente, mas sem êxito, procurou obter de Isabel Soares a informação quanto ao nome do grupo interessado, alegando até o interesse informativo da comunicação social presente. Em vão!

2.5- Análise do Alvará de Loteamento nº 4/2005 cujo titular é Leirinveste, SA e Imoqueen, Lda.-----

Mais uma vez coube ao **membro do BE** a introdução do ponto justificando-o com as recentes notícias em órgãos de comunicação social que davam conta do descontentamento da população e que seria útil que o assunto fosse esclarecido.

Foi o membro **Margarida Ramos**, que interveio a seguir, dando ênfase a “que o loteamento apresentava um défice de área de cedência destinada a equipamento de 4.885.20m² e de espaços verdes de 2372, 560m², num total deficitário de 7257,76m²”.

Carlos Cabrita apoiou Margarida Ramos e acrescentou que a câmara recebeu por esse défice 106 026,80€, que é o que valeu a falta de espaços públicos na zona (espaços verdes e outros, estacionamento, por exemplo). Ainda pediu que fosse esclarecido quanto ao facto do loteamento ter sido aprovado por despacho da presidente da câmara e que critérios teriam sido utilizados para aprovar umas obras por despacho, e outras, por deliberação de câmara.

Neste último aspecto foi esclarecido por **Isabel Soares** que a obra tinha sido aprovada por deliberação de câmara e que ela depois despachou. Ainda lembrou a Carlos Cabrita que não a tinha questionado sobre os motivos invocados para o agendamento.

Passando **este membro** a esclarecê-la que não o fez porque agora que tinha observado a documentação já se encontrava esclarecido sobre esse assunto.

Enfim, chegou-se ao final, depois desta longa maratona, cerca da 1h30m da madrugada.

O Membro da AM do BE,

Carlos Alberto Alexandre Cabrita,

Armação de Pêra, 29 Janeiro de 2007

